

04 CADERNOS
DE APOIO
À FORMAÇÃO

**INTERCULTURALIDADE
E MEDIAÇÃO**

Carlos Giménez Romero

Romero, Carlos Giménez
Interculturalidade e Mediação
ISBN 978-989-685-008-1

CDU 316
364-7

TÍTULO

Interculturalidade e Mediação

AUTOR

Carlos Giménez Romero

TRADUÇÃO

Adelina Gouveia

REVISÃO

Camila Cardoso Ferreira

EDITOR

Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, IP)

Rua Álvaro Coutinho, 14, 1150-025 Lisboa

Telefone: 218106100 Fax: 218106117

WebSite: <http://www.acidi.gov.pt/> e-mail: acidi@acidi.gov.pt

DESIGN GRÁFICO

Cristina Cascais e Paulo Oliveira

EXECUÇÃO GRÁFICA

Textype

TIRAGEM

1000 exemplares

EDIÇÃO

Lisboa, Maio de 2010

ISBN

ISBN 978-989-685-008-1

DEPÓSITO LEGAL

xxxxxxxxx

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	5
INTERCULTURALISMO. TRABALHO E PROPOSTAS DE UMA EQUIPA UNIVERSITÁRIA TEÓRICO - APLICADA	9
INTRODUÇÃO	13
AMADURECENDO A PERSPECTIVA: O INTERCULTURALISMO COMO PERSPECTIVA GERAL	17
FORMULANDO PROPOSTAS CONCEPTUAIS: A ESPECIFICIDADE DO INTERCULTURALISMO	27
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
APLICAÇÕES DA ABORDAGEM INTERCULTURAL. POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCOLA, MEDIAÇÃO, BAIRROS E CIVISMO.	45
INTRODUÇÃO	49
APLICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	53
APLICAÇÃO À DIVERSIDADE NA ESCOLA	59
APLICAÇÃO NA MEDIAÇÃO EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS	65
APLICAÇÃO NO TRABALHO PARA A CONVIVÊNCIA NOS BAIRROS	71
APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	77
NOTA FINAL SOBRE O PROCESSO DE APLICAÇÃO	81
TEXTOS MENCIONADOS PELO AUTOR	85

NOTA DE ABERTURA

Este caderno de formação surge no âmbito do Projecto de Mediação Intercultural no Atendimento em Serviços Públicos, coordenado pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e co-financiado pelo Fundo Europeu para a Integração dos Nacionais de Países Terceiros.

Com este projecto, iniciado em Junho de 2009 e ainda em curso, o ACIDI, enquanto organismo responsável pelas políticas públicas de acolhimento e apoio à integração de imigrantes, propõe-se contribuir para reafirmar o princípio da interculturalidade enquanto pilar de coesão social.

Neste sentido pretende:

- Integrar a gestão da diversidade cultural em serviços de atendimento da administração pública.
- Definir o perfil e as funções dos agentes de mediação intercultural e estabelecer um referencial de formação para os mesmos.

A consultoria científica deste projecto está a cargo duma equipa da Universidade Autónoma de Madrid, cujo responsável é o Professor Carlos Giménez, personalidade internacionalmente reconhecida na área da mediação intercultural e autor dos textos que integram esta publicação.

Nesta perspectiva, o ACIDI tem vindo a colaborar com várias entidades tendo em vista clarificar a intervenção no domínio da mediação intercultural.

Estamos seguros que estes textos serão um forte contributo para o melhor entendimento do seu âmbito e natureza, pelo que desde já publicamente agradeço ao Professor Carlos Giménez a cedência dos mesmos para a sua tradução e publicação em língua portuguesa.

ROSÁRIO FARMHOUSE

ALTA COMISSÁRIA PARA A IMIGRAÇÃO E DIÁLOGO INTERCULTURAL

04 CADERNOS
DE APOIO
À FORMAÇÃO

INTERCULTURALISMO
TRABALHO E PROPOSTAS
DE UMA EQUIPA UNIVERSITÁRIA
TEÓRICO – APLICADA

Carlos Giménez Romero

Publicado em Intercultura e Mediazone. Teorie ed esperienze. Coord. Giuseppe Mantovani.
Carocci Editori. Roma 2008. ISBN 978884304655 – 3 (pags.149 a 169)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	13
AMADURECENDO A PERSPECTIVA: O INTERCULTURALISMO COMO PERSPECTIVA GERAL	17
FORMULANDO PROPOSTAS CONCEPTUAIS: A ESPECIFICIDADE DO INTERCULTURALISMO	27
CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

INTRODUÇÃO

Este texto expõe uma síntese dos trabalhos do autor sobre a interculturalidade em relação a contextos migrantes e indígenas. O outro texto trata das aplicações da abordagem interculturalista. Estes trabalhos foram feitos a partir de 1989 no Programa de Migração e Multiculturalismo da Universidade Autónoma de Madrid. A ideia desta síntese deve-se a pedidos recebidos de académicos, profissionais de intervenção social ou activistas, que conhecem a nossa posição e experiência da equipa.

A primeira parte mostra como esta caminhada intelectual começou com a investigação sobre imigração e com os debates sobre educação intercultural e como a perspectiva intercultural amadureceu de forma notória com o debate sobre multiculturalismo e interculturalidade em que o autor participou como consultor na Guatemala. A segunda parte trata da fundamentação conceptual da *abordagem da interculturalidade* ou, como prefiro chamá-la, do *interculturalismo*, e colige trabalhos publicados desde 1996.

O interculturalismo como modelo de gestão da diversidade cultural deve ser divulgado a toda a sociedade, de qualquer género e seja qual for o seu tipo e grau de pluralismo cultural. Tal como acontece com todas as perspectivas normativas e valorativas sobre a sociedade, só com o processo de debate e crítica é que a abordagem interculturalista se pode afirmar, pondo o autor em evidência o acriticismo que predomina na Europa em relação a esta orientação. A proposta é conceber o interculturalismo como uma nova forma de pluralismo cultural, que substitui, como complemento crítico, a anterior do multiculturalismo.

**AMADURECENDO A PERSPECTIVA:
O INTERCULTURALISMO
COMO UMA CATEGORIA GERAL**

Quando começámos a trabalhar a temática das migrações internacionais em 1987 na Universidade da Califórnia, Santa Bárbara (UCSB), estava a aparecer, em diversas partes do mundo, a mudança do paradigma do multiculturalismo para o da interculturalidade, em domínios como a educação, a teoria da comunicação, a mediação, o trabalho social ou a filosofia, entre outros.¹ Inserimo-nos nesta perspectiva no final dos anos oitenta com estudos sobre migrações e desenvolvimento, mas o avanço foi feito na Guatemala em meados dos anos noventa, ao fundamentar a perspectiva intercultural num contexto que recebia críticas consideráveis.

A ênfase interculturalista continuou a amadurecer no meu trabalho e na nossa equipa à medida que a íamos aplicando às linhas de mediação e co-desenvolvimento do programa Migração e Multiculturalidade. Com base na minha experiência, a interculturalidade começou com a referência à questão migrante, continuou em relação aos povos indígenas da América e centra-se, agora, na sua utilidade, ou não, para a construção da convivência democrática na Espanha descentralizada das autonomias, para a coesão cidadã na União Europeia e para a promoção do *diálogo intercultural* no mundo.

Se a categoria da interculturalidade tem algum sentido é no abarcar da sociedade como um todo: não é exclusivamente “assunto de e para migrantes”, “de ou para, indígenas”, “de ou para minorias” sejam elas alóctones ou autóctones. Uma coisa é assumi-la superficialmente e outra é levar esta ideia totalizadora até às suas últimas consequências. A ampliação da categoria da interculturalidade avança em simultâneo com a sua universalização; o interculturalismo pode e deve ser concebido como válido e útil em relação a diferentes tipos de sociedade, às unidades supranacionais e ao conjunto da humanidade. Isto não é óbvio nem fácil, ou isento de debate intelectual e de conflito ideológico.

1.1. -Os primórdios: interculturalidade e o desafio da imigração

Na sequência de alguns primeiros estudos sobre grupos de trabalhadores estrangeiros na agricultura, foram as investigações na cidade de Madrid – uma panorâmica e outra educativa – que me colocaram perante a interculturalidade como uma proposta de relações inter-étnicas positivas entre autóctones e estrangeiros.

O primeiro trabalho, encomendado pela Consejería de Integración Social da Comunidad de Madrid, foi o de um diagnóstico sobre um fenómeno que começava a ter relevância pública. Foi realizado de 1991 a 1993 por uma equipa multidisciplinar de catorze profissionais sob a direcção do autor. De conteúdo teórico e prático, atingiu os seus dois objectivos iniciais: apresentar um panorama científico-social da imigração em Madrid e contribuir com bases para a elaboração de políticas sociais de integração. A principal conclusão “tão simples quanto desafiadora” foi a de que a região de Madrid se encontrava “num momento ou fase

1 - Para o desenvolvimento desta ideia pode consultar-se Malgesini e Giménez, 2000, 253-258, e a bibliografia referida.

crucial " de " cruzamento ou bifurcação de caminhos"; e que a sua administração e a sua população poderiam escolher " quer a *via da marginalização*, quer a *via da integração*" (Giménez, 1993 a, 16, em itálico no original).

Em relação à segunda via alegava-se: " se, ao invés, se caminha pela *via da integração*", Madrid terá incorporado no seu dia-a-dia um novo segmento social mediante o seu reconhecimento como tal e mediante a sua integração – em igualdade de direitos e condições – legal, laboral, residencial, familiar, escolar, social e cultural. Deste modo, Madrid seria um exemplo europeu e mundial de sociedade urbana e metropolitana não só *multicultural*, o que já é muito, onde várias identidades étnicas podem coexistir em igualdade de reconhecimento e direito, mas também *intercultural* (onde diferentes grupos étnicos convivem e se inter-relacionam)" (idem, 16-17, em itálico no original). Já então se fazia a distinção entre *multicultural* e *intercultural* e entre coexistir e conviver, oposições que eu desenvolveria mais tarde. A interculturalidade aparece como um horizonte desejável, como ideal complementar do multicultural, como uma situação vinculada à inter-acção e à convivência.

A abordagem intercultural foi pouco desenvolvida nos relatórios de investigação. Está presente na secção "Perspectivas, implicações e recomendações" e na formulação dos "Fundamentos para uma política de integração intercultural" (tomo I, páginas 115-132). Acho lógico que a referência à interculturalidade apareça na parte introdutória do texto, dado que estamos perante um termo valorativo e normativo, mas disso só tomaria consciência mais tarde. A noção de interculturalidade – e a que prefiro de interculturalismo – entendida como um *deve ser* é de pouca utilidade para a investigação científico-social das relações sociais, conceitos ainda válidos são os de relações interétnicas e interculturais. A noção de interculturalidade/interculturalismo é relevante para analisar os discursos e as propostas dos agentes e para apresentar propostas do ponto de vista das ciências sociais aplicadas.

Mesmo na supra citada parte das propostas e da aplicação, o conceito do interculturalismo desejável desenvolve-se muito pouco. Embora a política social de integração recomendada tivesse sido adjectivada como " uma política de integração intercultural", na declaração de princípios, conteúdos, agentes e linhas de acção dessa política pública" (páginas 115-132) o intercultural ficou apenas aflorado na área da educação e na proposta de criar espaços de encontro.

A segunda linha do trabalho de investigação que me posicionou perante o enfoque intercultural foi o estudo, de 1992 a 1996, da presença de alunos estrangeiros nas escolas e a abordagem da educação intercultural. A *educação intercultural* era o paradigma emergente que estava a substituir o da *educação multicultural*, predominante nos anos setenta no Canadá, em Inglaterra e noutros países. Os professores começavam a reflectir sobre as implicações das posições da educação intercultural em aspectos como o projecto educativo do centro escolar (PEC),

a adequação e reformulação do currículo, a planificação das aulas, a adaptação da formação dos professores (reciclagem) ou em aspectos organizacionais como a adaptação das refeições. A leitura dos pedagogos foi fundamental para compreender verdadeiramente a educação intercultural e a sua diferenciação em relação à educação multicultural. Foram anos de revisão de manuais sobre educação multicultural publicados na Europa Ocidental. Particularmente útil foi a tipologia de Besalú diferenciando os paradigmas da escola racista ou segregacionista, assimilacionista, integracionista, pluralista, multicultural e intercultural. Essas pesquisas empíricas e bibliográficas serviram de base para as minhas palestras e seminários sobre educação intercultural, a maior parte das vezes com os próprios professores.

Separámos o paradigma multiculturalista do interculturalista. Numa palestra sobre educação intercultural (em Junho de 1993) comentámos que “ é curioso que o que serve como um estímulo para que nos preocupemos com a multiculturalidade e a interculturalidade é a imigração” (numa Espanha em que havia então apenas 800.000 estrangeiros e não os quase 5 milhões actuais). Chamando a atenção para o risco que isso significava, afirmávamos: “ Entendemos a educação intercultural...como um movimento pedagógico *para todos*,...não apenas uma proposta educativa para os imigrantes e para as minorias étnicas mas uma proposta para toda a sociedade. Se a educação intercultural ficar reduzida aos grupos com problemas, ao grupo a compensar, ao grupo minoritário, será um fracasso total... O verdadeiro desafio da educação intercultural é a cultura maioritária, somos nós. Se quisermos fazer educação intercultural é fundamentalmente para a maioria.” (1993 b, 26, itálico acrescentado).

Esta reflexão foi ganhando força à medida que constatávamos que aparecia sempre como proposta reduzida à presença de imigrantes. Continuávamos a afirmar que a educação intercultural valoriza a diversidade cultural humana “ como positiva em si mesma, mas sem exacerbar as diferenças tendo sempre em conta que as posições socioeconómicas unificam muito os adultos ” (idem). Temos aqui um outro destaque que se converteria em ideia central: a necessidade de não exagerar as diferenças, de não perder de vista os aspectos comuns e as convergências, as componentes de classe e o estatuto social.

A actividade de formação que nos influenciou decisivamente para a necessidade de se avançar na conceptualização da perspectiva Intercultural foi a Escola de Mediadores Sociais para a Imigração (EMSI) da Comunidade de Madrid cuja concepção em 1994 e direcção nos seus dois primeiros anos (1995-1997) foi da responsabilidade da equipa PMM – UAM. As estimulantes sessões plenárias e *workshops*, em que dialogavam grupos de diversificada composição multicultural, favoreceram a procura dos fundamentos da nova abordagem. Lembro-me, p.ex., como me influenciou que um dos monitores dissesse com simplicidade: “na interculturalidade afirma-se o comum”. Agora parece óbvio mas então não o era, de todo, e não o é ainda hoje para muitos que trabalham o termo superficialmente.

1.2. – Progressos notáveis: interculturalidade e questão indígena

Do final de 1996 até 2000 realizei trabalhos de consultoria, formação e investigação na Guatemala. O contexto em que foi solicitado o meu trabalho foi a assinatura, em 1996, do Acordo de Identidade e Direitos dos Povos Indígenas (AIDPI) e a gigantesca tarefa que envolveu a sua implementação em vários campos (direitos de diferença em relação ao nome, ao vestuário, etc. reconhecimento do direito consuetudinário indígena e das suas autoridades próprias; multilinguismo, intérpretes nos tribunais; gestão dos lugares sagrados, etc.). Como estava a trabalhar em relações interétnicas e políticas sociais de interculturalidade e anti-racismo considerou-se que essa experiência poderia ser útil. Participei no mestrado em Gestão do Desenvolvimento Sustentável que a Universidade Autónoma de Madrid pôs em curso (Casaus e Giménez, 2000 b). Entrei como consultor internacional no Projecto Q Ñanil do PNUD na Guatemala sobre *Interculturalidade, políticas públicas e desenvolvimento humano sustentável*. Foram cinco anos de viagens e estadias, concepção de projectos, realização de reuniões em todo o país, a conhecer pessoas com profissões, identidades e ideologias díspares, a criar laços de amizade ... de uma enorme aprendizagem.

Os objectivos e actividades do Projecto Q Ñanil exigiam uma fundamentação do conceito central e a sua conexão com a elaboração das novas políticas públicas. O Projecto Q Ñanil contava com uma excelente equipa de profissionais indígenas e *ladinos*² e encarregaram-me de o dinamizar tendo em consideração a referida fundamentação conceptual e prática. Fosse qual fosse a nossa definição de abordagem intercultural, tinha que ser válida para a construção da nova Guatemala. Participei com gosto nessas reflexões e o resultado foi um salto conceptual. Relatei o debate numa conferência que vou utilizar para sintetizar a passagem de uma posição sem debate sobre a interculturalidade a uma outra posição depois de um intenso debate e cuja elaboração foi muito participada e consensual:

“...uma boa parte dessa aprendizagem ficou a dever-se às críticas que recebi – de alguns líderes ou intelectuais indígenas – sobre a abordagem intercultural que fiz e ao ter que fundamentar a perspectiva num contexto social e político radicalmente diferente do da Europa, e em que a resistência histórica e a mobilização actual da população indígena Maia é o elemento-chave.

De onde vinha a crítica e os termos do debate sobre o que era mais adequado para a construção da nova Guatemala, um enfoque multiculturalista ou o da interculturalidade? Das contribuições extremamente valiosas dos líderes indígenas Maias das diferentes comunidades etnolingüísticas (quiches, cakchiqueles, quekchíes, etc.), há uma que me atrevo a sintetizar assim... “ Nós, os indígenas Maias da Guatemala, sofremos séculos de exclusão e continuamos a enfrentar um estado racista; para nós a ideologia multiculturalista, que põe a tónica na afirmação étnica, na auto-estima, que acentua as relações étnicas entre iguais, é vital, imprescindível para poder, em pé de igualdade, falar com o Estado e situarmo-nos nesta sociedade

em condições de justiça e equidade. Contra ventos e marés mantivemos a cultura indígena durante 500 anos e houve uma resistência indígena. Por isso precisamos do multiculturalismo, porque o multiculturalismo põe a tônica no reconhecimento dessa identidade e dessa cultura diferentes que temos vindo a defender". O que é crítico desta situação em relação ao que estávamos a fazer no projecto Q ÐAnil era o corolário ou conclusão que se poderia depreender do anterior: " Assim, esta interculturalidade que se propõe não é válida para a Guatemala".

Um proeminente intelectual guatemalteco, maia cakchiquel, autor de vários livros sobre o movimento indígena Maia, expôs, não sem alguma surpresa da nossa parte... três razões pelas quais... a perspectiva interculturalista não era válida para a Guatemala. As suas palavras foram mais ou menos as seguintes:

Primeira razão contra: a interculturalidade é um tema que surgiu na Europa relacionado com os imigrantes, é algo que vocês, europeus, inventaram para as políticas de integração de imigrantes; na Guatemala, nós, os indígenas, não somos imigrantes, somos os povoadores originais da terra e o que queremos não é "integração" numa sociedade que nos rejeita, explora e discrimina, o que queremos é respeito pelos indígenas e autonomia para os nossos povos. Nem que seja só por este ponto, esta perspectiva é muito prejudicial.

Segunda razão: não pode haver interculturalidade entre desiguais, não pode de forma alguma existir entre partes em situação tão desigual. Como poderá existir – perguntava-se o nosso convidado – entre aquele que tem todo o poder e aquele que nada tem, entre quem discrimina e quem é discriminado? Primeiro preciso que me respeitem, como preconiza o multiculturalismo e, depois, veremos se me quero interculturalizar ou não...

Terceira, a interculturalidade, na Guatemala, é uma estratégia dos poderosos para integrar o rebelde, o dominado, e com isso poder controlá-lo melhor. Precisamente agora que o movimento indígena cresce, precisamente agora que reivindicamos os nossos direitos é que aparece a mão estendida da famosa interculturalidade" (2002 d, págs. 153-155).

Até aqui falámos de críticas. Na conferência expliquei assim as respostas: "... Reagi pedindo-lhe um debate franco e entre companheiros e agradei-lhe muito as críticas, porque é assim que se progride. Creio que foi nesse dia, aí por volta de 1996, que me tornei interculturalista. Entendi que na Europa, em geral, estamos a aplicar a expressão, o termo, o conceito ou a acepção, de uma forma muito *light*³, sem nenhum sentido crítico, muito do tipo " bom, pois que todas as culturas se entendam", pois isso são as relações interculturais. Mas temos que ver o mais claramente possível o que queremos dizer com tudo isto.

Não podemos tratar aqui, em profundidade, a resposta às críticas formuladas. Resumidamente, fomos vendo que se tratava de construir uma perspectiva sobre

as relações interétnicas que servisse tanto para as situações nas quais a “ questão étnica ” se referia a minorias autóctones ou nacionais, como para situações em que estivessem presentes minorias alóctones ou imigradas...

Em segundo lugar...realmente a interculturalidade requer uma posição de igualdade, de diálogo e negociação e, por conseguinte, a aceitação das partes envolvidas como interlocutores válidos. Mas, se for necessária uma igualdade social plena, nem a interculturalidade, nem o multiculturalismo, nem muitas outras abordagens são viáveis. Mesmo que não seja em toda a sociedade, há áreas onde essas condições existem e devem ser aproveitadas para avançar com a posição intercultural. Em algumas das numerosas reuniões e eventos em que participei escutei a frase “ hoje o multiculturalismo, amanhã a interculturalidade ”, mas isso recordava-me as posições esquerdistas que conheci durante a luta anti-franquista de “ primeiro a democracia popular ” e “ logo, quando houver condições ” trabalharemos, por exemplo, pela igualdade entre homens e mulheres ou pelo respeito pela natureza.

Quanto ao facto da interculturalidade poder ser utilizada pelos governos para tomar a iniciativa face às exigências de autonomia dos grupos indígenas e, em geral, dos grupos subordinados, ninguém ignora que esta ou qualquer outra proposta pode ser utilizada, instrumentalizada e distorcida, por cada um dos actores, e os governos são sempre um actor chave. O mesmo acontece com o multiculturalismo... Hoje, os outros argumentos em defesa da abordagem intercultural, são os seguintes: a) se outros a podem utilizar, então, devemos dar-lhe um conteúdo válido para a igualdade, b) não precisa de ser antagónica mas complementar do multiculturalismo (em oposição ao que há pouco foi proposto por Sartori, 2001) e c) com a abordagem intercultural, os grupos indígenas têm um projecto de âmbito nacional e não apenas étnico.” (Giménez, 2002 d, páginas 155-156)

Até aqui a longa referência ao debate na Guatemala no final dos anos noventa. Tentei mostrar a necessidade de não adoptar o conceito de Interculturalidade e a sua relação com o Multiculturalismo como um dado adquirido ou evidente mas, pelo contrário, como um campo ideológico em que há múltiplas posições. Por experiência própria posso dizer que foi justamente o trabalho de responder às críticas que me fez avançar na proposta do interculturalismo.

1.3. - Críticas ao multiculturalismo e proposta para o esclarecimento da terminologia

Em 2001, foi publicada a obra de Sartori, *La sociedad multiétnica*, que argumenta radicalmente contra o multiculturalismo, apresentando-o como o oposto do pluralismo democrático ocidental. Esta crítica influenciou as declarações de Azurmendi, o então presidente do Foro Espanhol para a Integração dos Imigrantes, que afirmou que o multiculturalismo era “ uma gangrena para a sociedade democrática ”. Tudo isto gerou muita confusão em Espanha.

Foi curioso ver-me a defender o muito que há de positivo nas posições multiculturalistas, depois de ter passado anos a expor as suas limitações e distorções na Guatemala, em Espanha e noutros países. Não se trata de uma contradição, nem de uma posição ambígua e muito menos de uma posição dupla. É que para compreender a génese e fundamentar a necessidade de um enfoque interculturalista é preciso partir das críticas ao multiculturalismo e das suas limitações (para mais detalhes, pode consultar-se Malgesini e Giménez, 1997).

Quando o movimento multiculturalista é posto em causa na sua totalidade e essência, como faz Sartori, é preciso dizer que “ não é preciso deitar fora o menino com a água suja do banho ” (Giménez, 2002 b). Introduzirei nesta antologia a proposta de clarificação da terminologia que então fiz (Giménez, 2003 a).

ESQUEMA 1
PROPOSTA DE TERMOS E CONCEITOS

Plano Factual ou dos Factos O QUE É	MULTICULTURALIDADE = Diversidade cultural (linguística, religiosa)	INTERCULTURALIDADE = Relações interétnicas (interlinguísticas, interreligiosas)
Plano Normativo ou das Propostas sociopolíticas e éticas O QUE DEVERIA SER	MULTICULTURALISMO Reconhecimento da diferença 1.Princípio da Igualdade 2. Princípio da Diferença	INTERCULTURALISMO Convivência na Diversidade 1.Princípio de Igualdade 2.Princípio da Diferença 3.Princípio da Interacção Positiva
	Modalidade 1	Modalidade 2
	PLURALISMO CULTURAL	

Esta proposta baseia-se em dois critérios ou ideias-força: distinguir os planos do factual e do normativo e ver o multiculturalismo e o interculturalismo como modalidades dentro do paradigma do pluralismo cultural.

**FORMULANDO PROPOSTAS
CONCEPTUAIS: ESPECIFICIDADE
DO INTERCULTURALISMO**

Mudemos de narrativa e passemos da lógica diacrónica e processual do capítulo anterior para uma lógica sincrónica e estrutural com o objectivo de explicar sumariamente as bases conceptuais, sociopolíticas e éticas do interculturalismo, ou, pelo menos, como eu as concebo. Daremos três passos do mais geral ao mais particular e operativo: primeiro, estabelecer que quando falamos de interculturalismo movemo-nos no campo normativo e valorativo; segundo, localizar o interculturalismo em todos os modelos de gestão da diversidade sociocultural; terceiro, como definir a perspectiva intercultural, delineando o perfil do que é substantivo nesta orientação e explicitando o que não é.

2.1. - Para uma focalização no campo do normativo e do valorativo

O que amadureceu gradualmente, clarificando-se e ganhando força num processo de pensamento e acção, individual e em equipa, é agora o ponto de partida. Estamos perante uma categoria não descritiva, não empírica ou analítica, mas sim perante uma categoria normativa, valorativa e axiológica. Compreender-se-á melhor a importância de frisar este aspecto, se eu resumir previamente uma linha de trabalho teórico – aplicada sobre termos e conceitos que tenho vindo a desenvolver, ao mesmo tempo que estudava as migrações e realizava como antropólogo trabalhos de orientação e apresentação pública. Refiro-me às reflexões e propostas sobre algumas noções chave nos discursos públicos da nossa sociedade e momento actual. Se no início da investigação sobre migrações em Espanha, tive que aprofundar a noção de integração, vieram depois as de interculturalidade, convivência e cidadania.

Com o passar dos anos fui tomando consciência de como uma boa parte dos conceitos que maneja nas ciências sociais não são conceitos analíticos mas valorativos, noções que não se situam no que as coisas são mas no que devem ser, que têm mais a ver com ideais e propostas sociais do que com ferramentas para a descrição, análise e interpretação da realidade social. Estas dimensões – o que é e o que deve ser – estão relacionadas entre si e influenciam-se, mas parto do princípio, pelo menos como método, de que podem e devem ser diferenciadas.

Apesar de, durante anos, ter trabalhado cada conceito de forma específica e apesar de não ter utilizado um método formalizado desde o princípio, fui sistematizando à posteriori a seguinte metodologia de trabalho: a) conhecer a etimologia e os usos linguísticos do termo em questão, se possível em várias línguas; b) analisar como o termo é usado pelos diversos actores institucionais, sociais e científicos e em diferentes conjunturas e contextos; c) levar a cabo um trabalho de análise crítica com base nas ciências sociais e, em especial, na antropologia d) formular, quando necessário, uma proposta de definição e de conceptualização, explicando os critérios utilizados e a fundamentação científico-social e ideológica dessa aposta; e) proceder à concretização ou operacionalização da categoria e f) inferir as implicações dessa noção assim definida e concretizada para a prática social e cidadã e para as políticas públicas. Em todo este trabalho reconheço a influência dos procedimentos de autores como Raymond Williams.

No caso do termo integração tudo começou ao confrontar o seu uso excessivo nos documentos europeus e espanhóis de política de imigração com as críticas violentas a este conceito, tanto na América Latina em relação à questão indígena como na Europa em relação ao povo cigano. À procura de uma reformulação de acordo com o significado de integração em ciências sociais, sugeri que se entendesse como adaptação mútua entre as populações imigradas e as autóctones (Giménez, 1993 a, 1995, 1996, 2003 a). O trabalho teórico- aplicado com a noção de convivência originou a sua distinção de coexistência e a tipologia tripartida de convivência/coexistência/hostilidade (Giménez, 1997 a, 2005 a e b). Actualmente trabalho com a metodologia exposta no conceito de cidadania, distinguindo cidadania clássica e nova, assim como cidadania política e cidadania social ou cívica, que se configura às vezes como cidadania local e de residência (1998, 2008).

2.2. - O interculturalismo como modelo sociopolítico de gestão da diversidade sociocultural

Uma concepção de interculturalidade ou interculturalismo rigorosa e fundamentada – no sentido que aqui se defende ou em qualquer outro – requer a necessidade de situar esta temática no amplo conjunto de modelos de gestão da diversidade sociocultural. A razão para o fazer baseia-se em poder avaliar o que há de diferente e antagónico, mas também o que há de comum e específico em relação a outras fórmulas. Uma vantagem acrescida da localização do interculturalismo neste quadro mais amplo é porque permite destacar que, para chegar ao interculturalismo, é necessário superar de forma efectiva modelos “anteriores”; dito de outra forma, de nada vale afirmar a perspectiva intercultural se se mantiverem a discriminação, a segregação ou outras práticas.

Sugerimos uma classificação destes modelos em dois grandes grupos: os modelos de exclusão e de inclusão:

ESQUEMA 2
TIPOLOGIA DE MODELOS SOCIOPOLÍTICOS PARA A DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL

EXCLUSÃO Racismo, Xenofobia, Anti-semitismo, Apartheid, Holocausto	Discriminação do Outro (tratamento desigual)	Legal	Leis discriminatórias
		Social	Práticas Discriminatórias
	Segregação do Outro	Espacial	Guetos Residenciais: Delimitação de espaços públicos
		Institucional	Guetização Escolar: Guetização Sanitária
	Eliminação do Outro	Cultural	Etnocídio: Fundamentalismo Cultural
		Física	Genocídio: Limpeza étnica
INCLUSÃO	Homogeneização	Assimilação	Anglicização/ Arabização/Ladinização
		Fusão cultural	Melting pot
	Aceitação da diversidade cultural como positiva	Pluralismo cultural	Multiculturalismo
			Interculturalismo

Tomei em consideração esta classificação e estes modelos em diversos textos. Vou utilizar aqui um artigo publicado em 2000 que apresenta uma síntese orgânica dos argumentos que desenvolvem toda esta sistematização. Assumindo que “ a interculturalidade é também um modelo válido para abordar como proposta e de forma prática o tratamento e a gestão da diversidade sociocultural em termos nacionais e internacionais” propus “ uma série de pressupostos básicos que podem servir como premissas teórico-metodológicas à possível implementação de uma política intercultural”. Transcrevo apenas o cabeçalho de cada um dos quinze argumentos então identificados e indico em itálico a que assunto se refere cada um deles:

Ponto de partida: a persistência e amplificação da diversificação

“1. Para qualquer formulação ideológico-política “ de futuro”, e certamente para todas as propostas de como afrontar local, nacional e internacionalmente as situações e processos de diversificação sociocultural, é necessário partir da previsível manutenção (e até mesmo do seu aumento) durante o século XXI, do protagonismo e da relevância sociopolítica dos povos indígenas, dos grupos étnicos e das minorias nacionais.

Premissa complementar: localização nuclear das variáveis socioculturais

2. Na mudança de século, colocam-se novos desafios, tanto na teoria como na praxis, ligados a situações de diversidade cultural. O mais central desses desafios é que, além da classe e do género, as variáveis socioculturais no seu sentido mais amplo (etnicidade, “raça social” idiomas e situações de multilinguismo, crenças e expressões religiosas, “situações de se sentir estrangeiro”, etc.) estão a ser – cada vez mais – os principais elementos de referência na organização económica e social, na regulação dos conflitos e no estabelecimento de consensos políticos.

Problematização do que fazer perante a diversidade

3. A partir de posições progressistas, a velha questão de como gerir a diferença e o peculiar, em suma a diversidade cultural, poder ser expressa na actual conjuntura, e procurando o maior consenso possível, como se segue: que modelos sociopolíticos e que concepções ideológicas devem e podem propiciar-se com o objectivo de conseguir sociedades baseadas tanto na igualdade real e efectiva de todos os cidadãos perante as leis e os códigos normativos, como no “reconhecimento” do outro, no respeito e na valorização positiva das diferenças etno-culturais e no direito à autonomia como grupo ou povo?

Requisito indispensável: concepção adequada do cultural

4. Para abordar a partir de posições progressistas a “gestão” sociopolítica da diversidade cultural é preciso uma concepção não culturalista da cultura e das culturas, uma concepção que não as apresente como entidades definidas, homogéneas

as e estáticas, mas que enfatize a sua heterogeneidade interna e o seu carácter ajustável e versátil.

A conexão entre a diferença e a desigualdade

5. As disparidades entre indivíduos etnoculturalmente diferenciados são identificadas, formuladas, entendidas e abordadas pelos actores sociais e institucionais em contextos sociopolíticos e ideológicos estratificados, segmentados e conflituosos, sendo, portanto, interpretadas e utilizadas em lutas sociais e políticas de e para a desigualdade.

Modelos de exclusão

6. Historicamente, e nas esferas pública e política do poder centralizado, os modelos de tratamento da unidade e da diversidade que têm prevalecido são os da exclusão, ou seja, aqueles que se baseiam na segregação, na discriminação e na marginalização do outro ou do diferente, chegando ao extremo de planejar a sua aniquilação. Longe de terem perdido a sua força, ainda conservam uma enorme importância no mundo.

Modelos de inclusão

7. Ao contrário dos modelos de exclusão, os modelos de inclusão procuram dar uma resposta “integradora” e “positiva” à “questão da unidade e da diversidade sociocultural” – pelo menos do ponto de vista do poder centralizado e das comunidades maioritárias e/ou dominantes - incorporando todos, de uma forma ou de outra, na sociedade nacional.

Assimilacionismo

8. O modelo assimilacionista, historicamente o primeiro a tomar forma entre os modelos de inclusão, supõe a imposição às minorias ou sectores dominados, do modelo dominante ou maioritário, sendo rejeitável porque a assimilação cultural não supõe necessariamente a integração social e porque implica a perda da identidade ou cultura dos dominados ou minoritários.

Fusão cultural

9. Apesar dos seus aspectos positivos em relação ao assimilacionismo, as diferentes variantes do modelo de fusão cultural (“melting pot”, “mestiçagem”, “hibridismo”, etc.) também não são úteis para abordar os factos diferenciais pois, além de induzir e requerer o abandono de identidades e culturas anteriores, produzem em todo o caso múltiplas fusões parciais, que preservam e reproduzem a diversidade, mas “compartimentada” na vida social, como mostram as experiências históricas em contextos diferentes.

Vigência de modelos supostamente ultrapassados

10. Estrutural e conjunturalmente existe e existirá por parte dos governantes, das forças políticas e de quaisquer outros fazedores de política, a “tentação” de continuar a abordar esta questão com modelos mais antigos já caducos e fracassados.

O paradigma do pluralismo cultural

11. Nem todos os modelos testados até agora são rejeitáveis, mas – para uma abordagem progressista da questão em causa – o paradigma do pluralismo cultural (surgido na década de sessenta) continua a ser válido por estar baseado em dois princípios absolutamente necessários como o são a igualdade de direitos e obrigações e o direito à diferença.

O multiculturalismo

12. Como primeira versão do pluralismo cultural, o multiculturalismo contribuiu sobretudo com a ideia de “reconhecimento”, assim como com a implementação, em diferentes países, de políticas públicas educativas, sanitárias, etc., mais em sintonia com a diversificação etnocultural das sociedades, mas tem vindo a mostrar de forma crescente as suas grandes carências e limitações enquanto articulador de convergências, da coesão social e da convivência cidadã.

O interculturalismo

13. Esta nova proposta – em gestão actual e a partir de campos de intervenção e reflexão tão diversificados como a educação, a comunicação, a mediação e a filosofia – pode ser entendida como uma nova variante do pluralismo cultural que, mais implícita que explícita, é impulsionada pela lacuna criada pelas limitações, pelas críticas recebidas e pelos pontos fracos do multiculturalismo.

14. O realce em compreender, cuidar, promover e regular adequadamente a interacção sociocultural positiva e tudo o que ela implica (proximidade, comunicação, aprendizagem, convergências, novas sínteses, resolução de conflitos, etc.) é o elemento distintivo e a contribuição específica da interculturalidade no que diz respeito a modelos anteriores e adequa-se melhor à concepção complexa e dinâmica da cultura e das culturas.

15. Tal como outras propostas e modelos, a Interculturalidade corre o risco de ser formulada, entendida e utilizada como um novo culturalismo, especialmente se não tiver em conta as dimensões económicas, sociais e políticas e os contextos de desigualdade, assimetria e domínio.

16. A proposta intercultural só é válida a partir de posições progressistas quando se baseia na extensão e adequação das categorias e fundamentos do desenvolvimento social e humano, da cidadania comum e diferenciada e da partilha do poder, superando assim o culturalismo.” (Giménez, 2000 b, 134-145).

2.3. – Definindo a perspectiva intercultural

a) A pesquisa teórica: bibliografia existente em meados dos anos noventa

A anterior descrição do trabalho crítico e das propostas sobre a *integração* foi fundamental para eu abordar essa outra grande palavra dos discursos e políticas sobre imigração e minorias étnicas que é *interculturalidade*. Após as tentativas iniciais de investigação já referidas, a primeira visão sistemática da abordagem intercultural foi fruto de pesquisa bibliográfica. O resultado desta pesquisa na literatura sobre o tema encontra-se nas entradas correspondentes a “pluralismo cultural”, “multiculturalismo” e “interculturalidade” do **Guia de conceptos sobre migraciones, racismo e interculturalidad** publicado em 1997, com a minha colega Graciela Malgesini. Trata-se de um dicionário temático em que se analisam 57 termos ou vocábulos sensíveis. A revisão da bibliografia sobre os três conceitos referidos foi extensa e vou destacar alguns dos autores que foram fundamentais.

Assinalo dois tipos de obras. Por um lado, a bibliografia antropológica e etnográfica que em primeiro lugar abordou a sociedade *plural*, especialmente as obras de Furnivall (1944) sobre a economia plural nas colónias holandesas, Smith (1965) sobre a sociedade pluralista nas colónias britânicas da Ásia, e Barth (1968) sobre os Pathan e a sua relação com outros grupos étnicos no Afeganistão. Por outro lado, também foram analisados os textos que abordavam o pluralismo cultural como parte das políticas desenvolvidas em países plurais e de forte imigração, assinaladamente a tipologia de Gordon (1964) sobre os modelos de integração na sua obra clássica sobre a assimilação nos Estados Unidos.

No que diz respeito ao multiculturalismo devo destacar a obra de Rex, especialmente a sua conceptualização da sociedade multicultural (1986) e o seu ensaio com Drury sobre os movimentos étnicos na Europa (1994) que avalia as críticas ao multiculturalismo. Outra referência fundamental para a compreensão do multiculturalismo foi a de Tylor (1993) sobre as políticas da diferença, dando especial realce à ideia de *reconhecimento*. Consultei também posições críticas que viam a funcionalidade do multiculturalismo e o *jargão multicultural* no processo de globalização. Ao aprofundar as características definidoras do multiculturalismo, as especificidades nacionais e a sua relação com a cidadania, foram fundamentais as contribuições de Kymlicka (1996) e a compilação de trabalhos coordenados por Lamo de Espinosa (1995).

Finalmente, para definir algo difuso e emergente como era a perspectiva intercultural analisei os poucos textos que então a caracterizavam, como por exemplo, as ideias de Perotti (1989) no seu léxico sobre imigração ou o trabalho de Labat

e Vermes (1994) sobre contacto e interacção cultural. Foi necessário consultar o que se produzia em áreas como a mediação intercultural – Willigen (1986) sobre *cultural broker*⁴ em antropologia aplicada ou Podro (1994) sobre defesa do bilinguismo; a filosofia intercultural (Wimmer, 1996) ou a comunicação intercultural (Young, 1996).

As conclusões a que cheguei foram três: primeira, sintetizar todas as ideias, propostas e matizes do pluralismo cultural em apenas duas ideias ou princípios básicos, em forte interacção, cuja aplicação à vida social deve ser simultânea e daí a sua enorme dificuldade: a) a igualdade de tratamento ou não discriminação e b) o respeito pela diferença. Segunda, considerar o consolidado e polémico multiculturalismo e a emergente e idealizada interculturalidade como duas modalidades (sucessivas) da implementação do pluralismo cultural. Terceira, conceber a árvore do pluralismo e as suas modalidades como a grande aposta face a propostas alegadamente inclusivas, como o assimilacionismo, e outras que manifestamente provocam a exclusão. Ao tentar dar sentido a toda esta literatura tão variada, foi-me muito útil a coincidência dos trabalhos de consulta bibliográfica e de elaboração analítica, com os trabalhos de consultoria já referidos e realizados em Espanha com a imigração e, sobretudo, na Guatemala em relação à temática indígena.

b) A prática de um projecto: definição na Guatemala

Na Guatemala, e na sequência dos efeitos do projecto Q Ñanil, chegámos à seguinte definição após prolixas deliberações da equipa multicultural do projecto: entende-se a interculturalidade – então ainda não tínhamos esclarecido a conveniência de falar mais de multiculturalismo ou, pelo menos, do enfoque ou perspectiva intercultural – como

“ – Uma abordagem pluralista sobre as relações humanas que devem existir entre actores culturalmente diferentes no contexto do Estado democrático e participativo e da nação pluricultural, multilingue e multi-étnica;

- A promoção sistemática e gradual, a partir do Estado e da sociedade civil, de espaços e processos de interacção positiva que vão abrindo e generalizando relações de confiança, reconhecimento mútuo, comunicação efectiva, diálogo e debate, aprendizagem e intercâmbio, regulação pacífica dos conflitos, cooperação e convivência;

- Com base em três princípios:

1) *O princípio da cidadania* que implica o pleno reconhecimento e a busca constante da igualdade real e efectiva de direitos, responsabilidades, oportunidades, assim como a luta contínua contra o racismo e a discriminação;

2) O *princípio do direito à diferença*, que implica o respeito pela identidade e pelos direitos individuais de cada dos povos, grupos étnicos e expressões socioculturais da Guatemala; e

3) O *princípio da unidade na diversidade* consubstanciado na unidade nacional, não imposta mas construída por todos e assumida voluntariamente” (Giménez, 1997 b, pag.26-27).

No Guia, produto do projecto Q Ñanil, pormenorizam-se as três partes articuladas de que consta esta definição: contextual, nuclear e de fundamentação:

“ A parte *contextual* situa a interculturalidade como uma expressão específica dentro do modelo do pluralismo cultural e, mais concretamente, como rasgo necessário e indispensável no sistema democrático e na nação pluricultural. A segunda parte da definição é a *parte nuclear* pois nela se enfatiza o que é verdadeiramente peculiar e essencial, o que diferencia a interculturalidade das versões mais usuais do multiculturalismo. Na tentativa de ser coerente com a ideia e o propósito da unidade na diversidade, a partir da posição intercultural promove-se explicitamente a interacção positiva, “trabalhando” ... Nesta secção nuclear da nossa definição, também se indicam as características mais notáveis desta relação. A terceira parte da definição é a parte da fundamentação onde se formulam os princípios que devem orientar a acção intercultural em todos os momentos (que já se tornaram slogans) de “iguais mas diferentes” e de “unidade na diversidade” (Giménez, 1997 a, 27-28)

A perspectiva intercultural é simultaneamente utopia, método e processo: uma **utopia** que anima e motiva a praxis, um **método** prático para construir projectos e alianças e um **processo** não isento de conflitos. A partir deste trabalho tenho vindo a insistir no que a interculturalidade não é. Não é um apelo genérico à boa vontade, mas uma proposta sociopolítica e ética; não é folclorismo nem culturalismo, pois parte de uma concepção holística e dinâmica do cultural e inscreve-o na economia política, não é equivalente a fusão e mestiçagem física ou cultural, mas exige uma boa dose de novos hibridismos e sínteses socioculturais.

Uma definição mais sucinta e concisa

A definição anterior é longa, resulta do acordo de uma equipa e remete para a Guatemala. Mais recentemente e no Glossário de termos incluído em que es la inmigración (O que é a imigração), propunha a seguinte definição abreviada de interculturalismo: “ nova expressão dentro do pluralismo cultural que, afirmando não apenas o diferente mas também o comum, promove uma praxis geradora de igualdade, liberdade e interacção positiva na relação entre sujeitos individuais ou colectivos culturalmente distintos” (2003 a, 174). Podemos destacar deste breve enunciado como, na perspectiva interculturalista, é crucial afirmar o comum e o convergente, e como a sua prática requer, e por sua vez provoca, avanços nas áreas da igualdade, da liberdade cultural e da convivência.

CONCLUSÃO

Estamos num processo de onde emerge um novo paradigma – o interculturalismo – que, por isso, deve estar sujeito a versões, confrontações, distorções e novas formulações. Como acontece com outros ideais sociais – liberdade, justiça, integração, cidadania... – com o interculturalismo é preciso continuar a alimentar processos interligados de:

- a) definições fundamentadas a partir do debate, da crítica e da prática;
- b) desconstrução do conceito ou das operacionalizações para o poder aplicar em áreas diversas;
- c) aplicação criativa e diferenciada a diferentes campos, extraíndo ensinamentos que enriqueçam o conceito;
- d) avaliação participativa e crítica dos resultados desses usos e aplicações,
- e) previsão de, e oposição a, usos culturalistas do enfoque que se podem ir dando, bem como a sua apropriação para estratégias de controlo político e social.
- f) estar sempre consciente dos pontos fracos da proposta em si, e
- g) continuar a trabalhar dialecticamente na procura de referenciais interculturalistas para a acção colectiva, comunitária e pessoal, pela igualdade, liberdade e justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A) Textos do autor sobre Interculturalidade

Nota: Los textos de 2005 y 2008 aparecen en el otro capítulo

- 2003 a) ¿Qué es la inmigración? (Especialmente capítulo 9 "Del racismo a la interculturalidad", páginas 147- 166) RBA Libros. Barcelona. (Reimpresión en 2004. y 2006)
- 2003 b) "Pluralismo, multiculturalismo e interculturalidad. Propuesta de clarificación y apuntes educativos". Educación y Futuro: Revista de Investigación Aplicada y Experiencias Educativas, no 8. Editorial CES - Don Bosco - EDEBÉ. Abril 2003. Págs. 9-26.
- 2002 a) "El planteamiento intercultural y su relación con la ciudadanía y las políticas públicas". En: Seminario de Investigación para la Paz. "La inmigración, una realidad en España". Centro Pignatelli/Departamento de Cultura y Turismo del Gobierno de Aragón. Págs. 535-560.
- 2002 b) "Las críticas al multiculturalismo". Revista Temas para El Debate. Mayo 2002. Págs. 1-5.
- 2002 c) "Inmigración/Interculturalidad". Monográfico de la Revista La Escuela de Voluntariado, no 6. Boletín de la Escuela Municipal de Voluntariado Social del Ayuntamiento de Madrid. Julio-septiembre 2002. Págs. 4-5.
- 2002 d) "La construcción de una sociedad intercultural", páginas 141- 170 en V Jornadas de Voluntariado en Canarias. Gobierno de Canarias.
- 2001 "Identidades y culturas en la España del siglo XX: reflexiones desde la interculturalidad". En: El segle XX a debat. Jornades l'Hospitalet 75 anys de ciutat. Centre d'Estudis de l'Hospitalet. Barcelona. Págs. 217-224.
- 2000 a) Guía sobre Interculturalidad. Segunda parte. El enfoque intercultural en las políticas públicas para el desarrollo humano sostenible. Colección Cuadernos Q Đanil, número 2. Proyecto de "Interculturalidad, políticas públicas y desarrollo humano sostenible". PNUD - Guatemala /97/015. Guatemala. 219 páginas.
- 2000 b) (con Marta Casaus, coords) Guatemala hoy: reflexiones y perspectivas interdisciplinares. Servicio de publicaciones de la Universidad Autónoma de Madrid.
- 2000 c) "Modelos ante de la diversidad cultural: del racismo a la interculturalidad" en J. Alcina, (coord.). Hacia una nueva ideología para el siglo XXI. Editorial Akal, Madrid. Págs. 133-145.
- 1998 "Migración y nueva ciudadanía", páginas 27-31 en Revista Temas para el Debate, número 43.
- 1997 a) (Con Graciela Malgesini). Guía de conceptos sobre migraciones racismo e interculturalidad. La Cueva del Oso. (Nueva edición en 2000 en: Ediciones La Catarata. Madrid)
- 1997 b) Guía sobre Interculturalidad. Primera parte. Fundamentos conceptuales. Colección Cuadernos Q Đanil, número 1. Proyecto de "Interculturalidad, políticas públicas y desarrollo humano sostenible". PNUD- Guatemala /97/015. Guatemala.
- 1996 "La integración de los inmigrantes y la interculturalidad. Bases teóricas de una propuesta práctica". Revista Arbor no 607, Madrid. Julio 1996. Págs. 119-147.
- 1995 "Inmigración e interculturalidad en Madrid. Apuntes para un balance social". Revista Economía y Sociedad, no 12, Madrid. Junio 1995. Págs. 171-202.

1993 a) (coordinador) Inmigrantes extranjeros en Madrid. Dos tomos. Imprenta de la Comunidad de Madrid. Madrid.

1993 b) "La educación intercultural: conceptos, fundamentos y objetivos".
En Multiculturalismo y educación de personas adultas. Diputación Provincial de Zaragoza. Págs. 25-28.

B) Outras referências no texto

Kymlicka, W (1996) Ciudadanía multicultural. Una teoría liberal de los derechos de las minorías. Paidós.

Lamo de Espinosa, E (ed) (1995) Culturas, estados, ciudadanos. Una aproximación al multiculturalismo en Europa. Alianza Editorial.

Rex, J. y Drury (1994): Ethnic mobilization in a Multi-cultural Europe, Avebury, Aldershot.

Rex, L. (1986): The concept of a multicultural society, Occasional Papers, Centre for Research in Ethnic Relations, Coventry. University of Warwick

Sartori, G (2001) La sociedad multiétnica. Pluralismo, multiculturalismo y extranjeros. Taurus.

Taylor, Ch. (1993) El multiculturalismo y "la política del reconocimiento". Fondo de Cultura Económica. México.

Young, R. (1996): Intercultural communication. Pragmatics, genealogy, deconstruction, Multilingual Matters Ltd.

04 CADERNOS
DE APOIO
À FORMAÇÃO

**APLICAÇÕES DA ABORDAGEM
INTERCULTURAL**
POLÍTICAS PÚBLICAS, ESCOLA,
MEDIAÇÃO, BAIROS E CIVISMO

Carlos Giménez Romero

Publicado em Intercultura e Mediazone. Teorie ed esperienze. Coord. Giuseppe Mantovani.
Carocci Editori. Roma 2008. ISBN 978884304655 - 3 (pags.149 a 169)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	49
APLICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	53
APLICAÇÃO À DIVERSIDADE NA ESCOLA	59
APLICAÇÃO NA MEDIAÇÃO EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS	65
APLICAÇÃO NO TRABALHO PARA A CONVIVÊNCIA NOS BAIRROS	71
APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	77
NOTA FINAL SOBRE O PROCESSO DE APLICAÇÃO	81
TEXTOS MENCIONADOS PELO AUTOR	85

INTRODUÇÃO

Entendemos o interculturalismo simultaneamente como utopia, como processo e como método: como uma utopia que motiva a praxis; como um processo social dialéctico e conflituoso; como um guia metodológico para a acção. Neste capítulo centramo-nos no terceiro aspecto, enunciando sinteticamente, experiências profissionais em que o autor participou, aplicando a abordagem interculturalista desenvolvida no capítulo anterior.

A noção sociopolítica e ética do interculturalismo tem servido, ainda que em constante adaptação, a quem subscreve este artigo e à equipa do Programa Migração e Multiculturalidade da Universidade Autónoma de Madrid, para a docência, em apresentações públicas e para a prática profissional nas três linhas de aplicação prática do nosso programa universitário: mediação, co-desenvolvimento e dinamização cultural.

Ao resumir estes processos de aplicação da abordagem intercultural, procuro frisar, o mais aproximadamente possível, os seus conteúdos, assim como apontar que a conceptualização se alimenta, por sua vez, destas concretizações na prática. Escolhi a forma como a perspectiva intercultural se pode materializar: a) na formulação e execução de políticas públicas; b) no desafio da diversidade sociocultural na escola; c) na fundamentação e incentivo da mediação em contextos multiculturais; d) na promoção da convivência e coesão social em bairros multiétnicos e de grande problemática social e, finalmente, e) x educação para a cidadania.

O que se segue é o resultado do trabalho profissional como antropólogo, de actividades de consultoria e intervenção em diferentes campos sociais, de trabalho teórico e prático com entidades diversificadas, o que pode permitir ao leitor ou leitora avaliar o conceito/proposta, medir o seu potencial, contrastar usos ou servir para o aplicar em áreas não contempladas aqui.

**APLICAÇÃO
NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Vamos começar com algo geral ou “transversal” como é a adequação, ou não, da abordagem interculturalista na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

Foi na Guatemala, que tivemos a oportunidade de experimentar como a abordagem interculturalista poderia servir para desenvolver políticas adequadas à sociedade multi-étnica, multilingue e plurireligiosa, que os Acordos de Paz assinados entre o governo e as organizações guerrilheiras reconhecem como enquadramento para a construção do novo país. Na sequência dos trabalhos que levaram aos fundamentos conceptuais expostos na primeira publicação “*Guia de Interculturalidade*”, trabalhámos no alargamento à área da *policy*¹ de 1998 a 2000 e de novo com a equipa do projecto Q Ñanil, equipa plural tanto profissional como etnicamente. O produto dessas prolixas reuniões, discussões e rascunhos originou o segundo volume do Guia de Interculturalidade que apareceu com o título “*Abordagem intercultural nas políticas públicas para o desenvolvimento humano sustentável*” (2000 a).

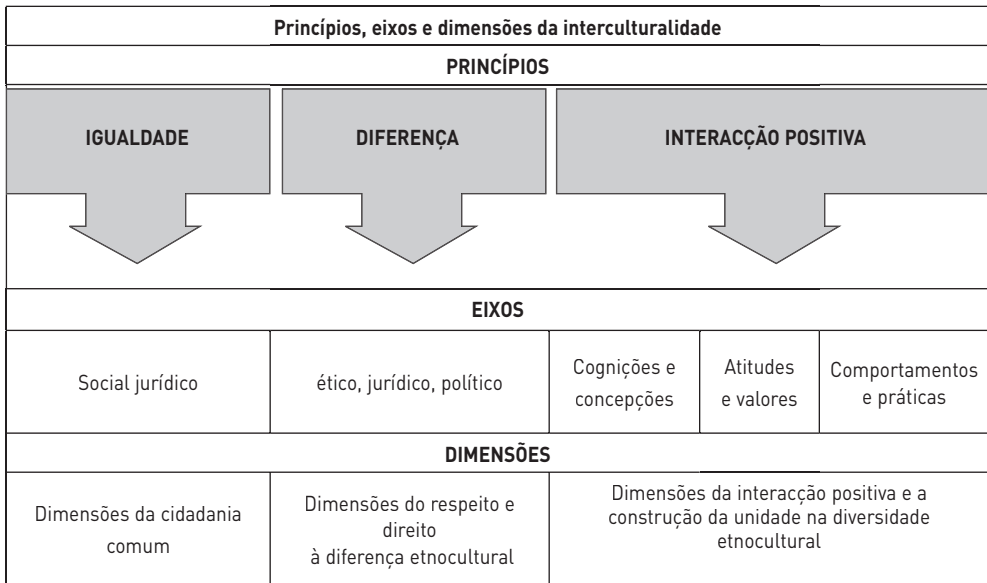
O documento considera os desafios do desenvolvimento humano, da democratização e da readaptação institucional e apresenta a inclusão da interculturalidade nas políticas públicas como uma necessidade inevitável, indicando **quatro requisitos básicos para todas as políticas públicas orientadas interculturalmente**: *inclusão, finalidade intercultural, equidade e participação activa*. Como enquadramento conceptual propõe três eixos: a) as implicações, para qualquer política pública, das conexões entre desenvolvimento humano, cultura e direitos humanos b) a evolução do estado moderno e o seu papel no desenvolvimento, realçando duas questões chave como são a relação entre o estado de bem-estar e a discriminação étnica e a necessidade e possibilidade de uma nova governabilidade e institucionalidade e c) uma concepção de políticas públicas em consonância com a socialização da administração pública, com uma tipologia de modelos de gestão pública da diversidade sociocultural (ver capítulo anterior).

Depois do desafio e do quadro conceptual, como terceiro passo prévio ao modelo e metodologia propostos, leva-se a cabo a seguinte operacionalização da abordagem intercultural a partir dos seus princípios, eixos e dimensões. O que diz respeito ao princípio da igualdade e não discriminação etnoracial – ou *dimensão da cidadania comum* – “estrutura-se em torno de dois eixos: a) aquele que chamamos eixo jurídico da igualdade de direitos e deveres e b) aquele que chamamos *eixo social* da igualdade de oportunidades.” (2000, 89). Quanto ao princípio do respeito e direito à diferença etnocultural – ou *dimensão da cidadania diferenciada* – “organiza-se em torno de três eixos: a) *o eixo ético* do respeito pela cultura do Outro, b) *o eixo jurídico* do direito à diferença ou liberdade cultural, muito relacionada com a liberdade de expressão, de associação, de manifestação, etc. e c) *o eixo político* do reconhecimento institucional” (idem). No que respeita à interacção positiva – ou *dimensão da construção da unidade na diversidade sociocultural* – e considerando as características estruturais das relações

1 - N.T. Em inglês no original

interculturais assinaladas na definição de partida, “ podem distinguir-se ao mesmo tempo três eixos: a) *o eixo das cognições e concepções*: conhecimento real e directo, superação de preconceitos e estereótipos, etc. b) *o eixo das atitudes e valores*: respeito, confiança, tolerância, reconhecimento mútuo, e c) *o eixo de comportamentos e práticas*: comunicação efectiva, diálogo, debate, aprendizagem e partilha, regulação pacífica do conflito, cooperação e convivência” (2000, 90)

ESQUEMA 1
PRINCÍPIOS, EIXOS E DIMENSÕES DA INTERCULTURALIDADE

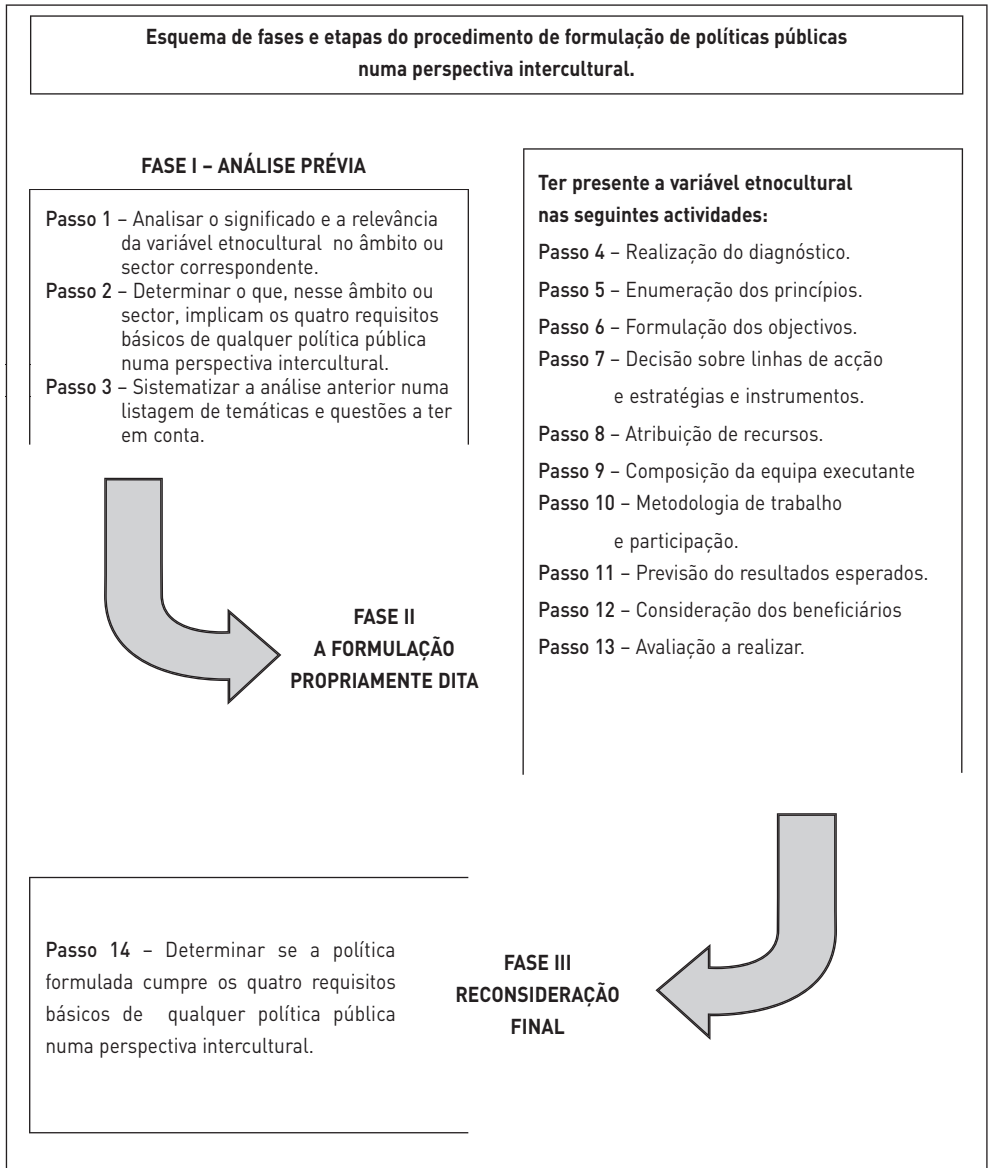


Fonte: Giménez, 2000, 90

Remeto o leitor ou a leitora para o texto integral: aqui vou fazer só mais uma observação sobre o processo de concretização da abordagem adoptada. Dada a especificidade da Guatemala e inspirando-nos em trabalhos sobre a inclusão da perspectiva de género nas políticas públicas – outra abordagem transversal sobre igualdade, desigualdade e poder – o documento apresenta uma metodologia em três fases – a da análise prévia, a da formulação propriamente dita e a da reconsideração final – e catorze passos.

ESQUEMA 2

FASES E PASSOS DO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NUMA PERSPECTIVA INTERCULTURAL



Fonte: Giménez, 2000, 142

² APLICAÇÃO À DIVERSIDADE NA ESCOLA

² No Guia que comentamos aplica-se esse modelo e metodologia, na Guatemala, a um caso de políticas públicas como é a política florestal.

Um dos desafios que sobressai, no diz respeito à questão das migrações, é a integração de alunos estrangeiros na escola. Inclui questões relacionadas com a atribuição de nível académico, a aprendizagem da(s) língua(s) da escola receptora, o respeito e a valorização positiva da(s) língua(s) própria(s) dos novos alunos, a adaptação escolar e curricular, a reciclagem dos professores e, finalmente, a gestão da nova diversificação sociocultural. Sobre este assunto há, na Europa e noutros contextos, um grande número de experiências, documentos técnicos e bibliografia. A questão da escola e da diversidade não se circunscreve ao contexto das imigrações; há contribuições valiosas sobre Programas de Educação Bilingue em países da América Latina ou a escola reflecte o conjunto da diversidade nacional em países como o Canadá.

A perspectiva intercultural já se utiliza de forma preponderante no âmbito da problemática social e a educação foi uma das áreas sociais onde primeiro se plasmou a passagem do multiculturalismo ao interculturalismo. Ao longo de duas décadas de actividade nesta área, foram várias as investigações que realizámos sobre a temática da escola, da imigração e da diversidade no Programa Migração e Multiculturalidade e numerosos os encontros em que tivemos a oportunidade de conversar com os próprios docentes. Vou concentrar-me no pedido, que reiteradamente me foi feito, para que clarificasse e concretizasse *como aplicar* à prática educativa esta perspectiva do interculturalismo. Entendendo as ciências sociais aplicadas, e no meu caso a antropologia prática e de orientação pública, como um envolvimento na realidade social e esperando não só que os actores apliquem eles mesmos as conclusões da teoria mas também que partilhem esta tarefa, elaborei algumas propostas nesta linha. Remeto para o documento *Pluralismo, Multiculturalismo e Interculturalidade. Proposta de clarificação e apontamentos educativos* (2003) onde se formulam questões pertinentes, onde se compendiam e se comentam os pressupostos iniciais a partir da realidade escolar. O texto culmina com um capítulo de conclusões intitulado “reflexão final sobre a educação e o futuro” cujos catorze pontos transcrevo pelo que possam ter de síntese “quando se tratar de fundamentar a perspectiva intercultural no quadro da escola e da educação”:

“1. O ponto iniludível de partida é a verdadeira rejeição da exclusão. Não se pode avançar para a interculturalidade com base na discriminação e na segregação. Iniciativas de encontro intercultural através da música ou da gastronomia de pouco servirão se não houver uma vontade e uma prática firmes contra o tratamento desigual, a separação física dos diferentes ou a aculturação forçada do outro. Para além das distinções importantes entre escola plural, multicultural e intercultural, a verdade é que todas têm em comum a rejeição da exclusão. É bom referi-lo, para somar e não subtrair forças.

2. Não se dê o assimilacionismo como superado. Nós, os professores, devemos rever a nossa visão da evolução, da história e do desenvolvimento ultrapassando as concepções unilineares. Superar o assimilacionismo não se faz em detrimen-

to da defesa da unidade do currículo, da singularidade do projecto educativo da escola, etc.

3. É essencial uma assumpção coerente do pluralismo cultural, trabalhando as relações entre igualdade e diferença. Para tal é necessário não confundir o plano da igualdade/desigualdade humana com o plano da semelhança/diferença...

4. No que diz respeito ao multiculturalismo, seria útil uma posição de crítica construtiva, aproveitando e não desperdiçando as suas importantes contribuições educativas (superação do currículo oculto, professores bilingues e biculturais, etc.). Apesar das limitações e dos erros multiculturalistas, seria completamente inútil e de todos os pontos de vista exagerado, partir da ideia de que o multiculturalismo é o oposto do pluralismo escolar (parafraseando Sartori) ou que é a gangrena da escola (parafraseando Azurmendi).

5. É sempre útil recordar o que o multiculturalismo e a interculturalidade têm em comum (luta contra a discriminação, diversidade tida como positiva, ser igual e diferente, etc.) dotando os projectos educativos de uma perspectiva multi e intercultural.

6. O ponto crucial é retomar o que une, o comum, a convergência entre os diferentes actores da comunidade educativa. As crianças, pelo facto de o serem e mais provavelmente por causa da sua idade, têm muito em comum. Os pais e as mães são pais e mães de alunos, geralmente interessados e preocupados com a educação dos seus filhos e, além disso, são brancos ou negros, nacionais ou não, etc.

7. Conscientes de que a abordagem intercultural é um novo paradigma emergente e em construção, que não está definido nem fechado em qualquer dos seus termos, deve-se incentivar a prática educativa criativa para a ir gradualmente adaptando, com sucessos e fracassos, com metodologias sucessivas, como uma ferramenta útil para o projecto educativo.

8. No princípio interrogávamo-nos sobre as diferenças entre a escola multicultural e a escola intercultural. Podem assinalar-se várias. Esperemos que as páginas anteriores tenham contribuído para que cada um as estabeleça. Não obstante, gostaríamos de indicar que, na nossa perspectiva, essa diferença reside, principalmente, no seguinte: enquanto a escola multicultural está centrada no respeito e valorização positiva das culturas presentes na sala de aula e na diversidade do meio ambiente (o que, por si só, já tem mérito), na escola intercultural – além disso – enfatiza-se a aprendizagem cooperativa da convivência, a superação do culturalismo e a exacerbação das diferenças envolvidas.

9. Como corolário, um projecto educativo – quer seja regional, quer de centro educativo ou agrupamento, ou mais concretamente ainda de unidade didáctica

ou de aula – pode, de facto, ser caracterizado com a designação de projecto multicultural ou de projecto intercultural, e aqui sim, deixamos ao leitor ou leitora o exercício de pormenorizar essa distinção ou simplesmente reflectir sobre as suas actividades a partir deste ponto de vista.

10. Outro corolário. Claro que há diferenças entre as políticas públicas multiculturais e interculturais no âmbito da educação. Desta vez deixamos essa tarefa não só aos professores mas também às autoridades educativas, responsáveis políticos e legisladores, etc. O que importa é que não façam esses deveres em casa (no gabinete) mas com a participação dos actores.

11. Esperamos que a análise dos pontos anteriores permita pensar que não estamos perante um jogo de palavras ou debate de nomes, mas perante uma questão de focagem pedagógica e de avanço sobre posições anteriores, interessantes mas limitadas. A principal importância da abordagem intercultural, como a definimos, consiste no dispor de uma ferramenta para: a) – trabalhar pela unidade escolar na diversidade (no plano institucional), unir a pedagogia da liberdade com a pedagogia da igualdade e da solidariedade (no plano pedagógico) e enriquecer a prática educativa e o desenvolvimento pessoal do educador (no plano profissional).

12. Para o/a docente, professor/a dos vários níveis de ensino, assumir o ponto de vista interculturalista na sua esfera de trabalho educativo tem muitas implicações. Destacaremos algumas: trabalhar a tolerância activa (no campo dos valores), superar o etnocentrismo (no campo das atitudes), escutar mais atentamente o Outro e fazer-lhe perguntas com interesse antes de falar (no campo das competências) e o propósito de desfrutar da enorme diversidade da sua sala de aula, da escola e do mundo, apesar de todas as dificuldades de comunicação, da falta de tempo, de recursos, etc. (quanto à forma como quotidianamente se exerce a profissão).

13. Quando afirmamos que a escola deveria servir para criar uma sociedade intercultural estamos a indicar uma grande contribuição que a escola pode fazer (sempre em conjunto com esforços noutras áreas e coordenação entre elas) e estamos também a exprimir que sem trabalho educativo este sonho será impossível.

14. Deixámos para o fim o principal. A educação intercultural implica saber distinguir, relacionar e utilizar – na elaboração geral de planos, programas e projectos, nos documentos e materiais, e, especialmente, na prática quotidiana do processo de ensino/ aprendizagem – factores pessoais, factores situacionais e factores culturais que estão presentes nos relacionamentos e percursos educativos” (Giménez, 2003 d, 22-25)”.
Utiliza-se aqui a *metodologia multifactorial* que refiro no ponto seguinte.

No documento de que extraímos este texto acrescentavam-se as seguintes indicações:

“Quando um professor ou uma professora está com um menino ou uma menina (marroquino, nigeriano, cigano espanhol, cigano romeno, romeno não cigano, autóctone não cigano, madrilenos de Chamberí ou de Lavapies, etc. etc.)³ sabe que, em primeiro lugar, se trata de uma pessoa com uma certa idade, com uma maneira de ser que se está a formar e numa fase da sua vida que tem determinadas características, como nos explicam a psicologia evolutiva e do desenvolvimento. Já temos aí pontos de semelhança e de diferença, de igualdade e de desigualdade em relação aos outros.

O professor também sabe que, para além dos elementos pessoais, existem condicionantes sociais na vida e percurso escolar destas crianças e adolescentes (família estruturada ou não, com mais ou menos recursos, habitação com condições ou barraca, precariedade jurídica dos pais ou não). Também aqui – social e não pessoalmente e na interacção entre ambos – o educador saberá ver as semelhanças e as diferenças não as confundindo com as igualdades e as desigualdades.

Por último, estes alunos e alunas têm sido socializados no âmbito de uma determinada cultura, ou de várias em interacção, e têm maneiras de ser, pensar, sentir, dizer e agir que são pautadas culturalmente. Neste terceiro domínio também identificará convergências, divergências, etc. A professora ou professor intercultural vai saber distinguir entre o pessoal, o situacional e o cultural e prestar atenção à forma como se inter-relacionam. Ao fazê-lo, talvez possa ajudar mais os jovens e ajudar-se mais a si próprio. Em qualquer caso, o que importa não é a palavra – interculturalidade, que podemos esquecer ou silenciar conforme for necessário – mas tudo o que implica.” (idem, 25).

3- Chamberí e Lavapies, bairros de Madrid.

APLICAÇÃO NA MEDIAÇÃO EM CONTEXTOS MULTICULTURAIS

Através de ensaios conceptuais e metodológicos, acções formativas e experiências de intervenção, temos vindo a trabalhar em mediação intercultural desde 1995 e na equipa da *Linea de Mediación del Programa Migración y Multiculturalidad na Universidad Autónoma de Madrid*. Alguns acontecimentos chave desta trajetória foram: a) a proposta, fundação e direcção nos seus dois primeiros anos (1995-1997) da Escola de Mediadores Sociais para a Imigração da Comunidade de Madrid (EMSI), b) a gestão desde 1997 até à actualidade de vários serviços de mediação, destacando o Serviço de Mediação Social Intercultural da Câmara Municipal de Madrid (SEMSI), onde trabalham 47 mediadoras/es e uma equipa técnica de 5 profissionais⁵. c) a realização desde 1999 de 12 edições do Curso de Formação de Pós graduação em Mediação Intercultural⁵, título universitário próprio da Universidade Autónoma de Madrid (UAM), d) a investigação teórica em antropologia e etnografia do conflito e a sua apresentação anual no curso de doutoramento “ O conflito e a sua mediação: a perspectiva transcultural”; e) a assessoria técnica e formativa à Fundación La Caixa para a sua Rede de Mediação Intercultural (114 mediadores agrupados em 8 projectos e entidades), e f) uma série de publicações sobre a matéria (Giménez, 1997, 2001 a, 20001 b, 20003 a, 2003 b, 2007,2008 c)

Nesta intensa e longa trajetória, não isenta de dificuldades, a abordagem interculturalista descrita no capítulo anterior tem-nos sido imensamente útil para a fundamentação teórico-metodológica da mediação intercultural, para a formação de mediadores e para a orientação prática da acção mediadora.

a) – Fundamentação teórica

Ao mesmo tempo que conceptualizávamos a perspectiva intercultural (ver capítulo anterior) fomos teorizando a mediação intercultural. Quando o SEMSI começou a operar, apresentei um primeiro ensaio de definição e caracterização da mediação intercultural “ uma modalidade de intervenção de partes terceiras, em e sobre situações de multiculturalidade significativa, orientada para a consecução do reconhecimento do Outro e a aproximação das partes, a comunicação e compreensão mútuas, a aprendizagem e o desenvolvimento da convivência, a regulação do conflito e a adequação institucional, entre actores sociais ou institucionais etnoculturalmente diferenciados” (Giménez, 1997, 142)

Tenho insistido na necessidade de clarificar tanto o *substantivo* – *mediação* – como o *adjectivo* – *interculturalidade*. Relativamente ao primeiro, considero absolutamente necessário inserir esta nova modalidade e perfil profissional no tronco comum da mediação em todo o mundo, evitando assim os constrangimentos existentes pelo facto de ter tido origem em entidades e profissionais solidários com os imigrantes ou ciganos (o que é positivo) mas, muitas vezes, sem conhecimento prévio e sólido dos princípios, modelos, métodos e técnicas da mediação em geral (Giménez, 2007).

⁴ - Uma síntese dessa experiência pode ser consultada em Giménez, coord. 2003 a.
⁵ - Incluído na Acção Formativa de Pós-graduação em Migração e Relações Intercomunitárias da Universidade Autónoma de Madrid (UAM), patrocinada, em Madrid, pela Direcção Geral da Integração dos Imigrantes e pela UAM e, em Castilla la Mancha, pela Junta de Comunidades dessa mesma região.

Quanto ao adjectivo, a interculturalidade marca as especificidades desta nova modalidade transversal de mediação. Pela nossa análise, essas singularidades são quatro: a) “ a natureza etnoculturalmente diferenciada das partes envolvidas”, b) “ o impacto da diferenciação etnocultural no relacionamento entre as partes, c) a relevância da formação cultural do mediador e d) a interculturalidade como objectivo” (Giménez, 1997, 149-153). Sublinho, primeiro, que estamos a lidar com o conceito de interculturalidade, tanto no seu *sentido factual* das relações inter-étnicas, como no *normativo* de proposta sociopolítica e ética sobre o tipo de relações que deveria prevalecer na sociedade democrática; segundo, que estamos sempre a colocar a cultura na sociedade e na economia política, abordando em conjunto a diferença e a desigualdade; terceiro, que adoptámos uma vez mais uma posição anticulturalista.

b) – Formação de mediadores

Assim como em opções teórico-conceptuais claramente definidas, o trabalho sistemático realizado pelas equipas de mediadores/as interculturais deve assentar numa formação universitária e profissional específica e a sua continuidade no contexto da intervenção. A perspectiva interculturalista permitiu-nos dar o devido destaque, no currículo, à capacitação do mediador (as suas unidades de competência) em matérias como: uma concepção dinâmica e em mudança da cultura, a identificação do papel dos preconceitos e estereótipos na relação interpessoal e social que se medeia, as particularidades da comunicação intercultural e do conflito interétnico, as inter-relações entre a pessoa, a sua situação e enquadramento cultural, áreas convergentes e comuns entre os envolvidos, etc.

c) – Intervenção prática e acção mediadora

A abordagem intercultural sustentada manifesta-se em múltiplos aspectos da prática concreta. Selecciono dois: quem medeia e com que método o faz.

Uma das questões polémicas é quem pode e deve mediar em mediação intercultural. Se se mediar entre actores etnoculturalmente diferentes – qual deve ser então a bagagem cultural do mediador? Ao contrário de outros grupos que costumam referenciar o trabalho de cada mediador ao seu colectivo de pertença, na nossa equipa optamos por pôr o acento não na identidade e pertença cultural do mediador, mas no seu saber profissional, no seu carácter comunitário e posicionamento local. Os mediadores da nossa equipa medeiam entre pessoas do bairro onde operam, sejam quais forem os seus referentes culturais. Se as variáveis etnoculturais (padrões comportamentais, identidade étnica e/ou nacional, língua, religião, questão racial, etc.) são especialmente relevantes e “ultrapassam” a capacidade linguística e a competência intercultural do mediador ou mediadora, recorreremos a um leque de opções: documentar-se, assessorar-se, co-mediar, reflectir em equipa ... ou então remeter o processo a outro colega mais idóneo.

Quanto à forma como uma abordagem intercultural significativamente anti-culturalista me foi necessária e válida na elaboração de uma metodologia específica, feita a partir da observação do trabalho dos meus/minhas colegas, aplicada por eles e actualmente em processo de ajustamentos a partir da sua prática. Ao aprender com os modelos clássicos de mediação – modelo de negociação assistida, também conhecido como de Harvard; modelo de narrativa circular (Sara Coob) e modelo transformativo (Bush e Folger) – reconhecemos uma maior adequação e utilidade do modelo transformador em mediação intercultural. “ No modelo de Harvard, e no método Fisher-Ury em particular, somos impelidos a “separar as pessoas do problema” e “ centrar-nos nos interesses” enquanto “ na abordagem de Bush e Felguer ... a relação – e a sua transformação – é a chave e essa ideia converte-se, entre outras coisas, num referencial muito útil em mediação intercultural” (Giménez, 2001, b) A valorização do conflito, como factor de desenvolvimento pessoal e social, sublinha o potencial transformador da mediação, através da *revalorização (capacitação)* e do *reconhecimento* dos indivíduos, grupos e comunidades, o que é estimulante em contextos multiculturais.

Sem cair no ecletismo, elaborámos uma metodologia integradora e adequada à especificidade da mediação em contextos multiculturais, sintetizando ênfases e perspectivas, para a transformação/melhoria das relações e da comunicação, e que permite uma grande variedade de técnicas. Neste processo de construção de um guia próprio para a mediação intercultural, propusemos uma *metodologia multifactorial*, que identifica, define e caracteriza três ordens de factores: *personais, situacionais e culturais*, implicados e mutuamente inter-relacionados nos processos de mediação. As “ conexões complexas e subtis (entre Personalidade, Estatuto e Cultura) são as que o mediador ou a mediadora devem descobrir, com as quais devem estar familiarizados e acostumados e cada nova acção mediadora deve ser uma fonte de aprendizagem desta matéria em particular” (Giménez, 2003,b).

**APLICAÇÃO NO TRABALHO PELA
CONVIVÊNCIA NOS BAIRROS**

A dimensão local é decisiva no que se refere à integração e coesão social. A vida local das cidades, freguesias, bairros e núcleos de vizinhança é o terreno onde se expressa quotidianamente boa parte da inclusão e da exclusão. É nos bairros onde se registam as relações de vizinhança, de proximidade e de cercania. No caso dos contextos migratórios, a inclusão de estrangeiros na vida dos bairros é uma das componentes essenciais dos processos de integração. De que forma uma concepção de interculturalidade e de interculturalismo como a apresentada pode ser útil quando se trabalha nos bairros a favor da integração e coesão social?

A investigação teórica e prática em bairros multiculturais tem sido uma das linhas de destaque do Programa Migração e Multiculturalidade da Universidade Autónoma de Madrid (PNM-UAM), realçando a sinergia estabelecida entre investigação (estudos de bairro em diferentes municípios), formação (temática incluída no nosso Mestrado em Migrações e no *practicum* de antropologia sobre bairros multiculturais) e intervenção (serviços de mediação comunitários geridos a partir do PMM).

O conceito que norteou a utilização da perspectiva intercultural aos bairros é o da *convivência intercultural*. Noutro capítulo referi-me às conceptualizações sobre a noção de convivência e da sua diferenciação como modo de sociabilidade no que diz respeito à *coexistência e hostilidade* (Giménez, 2005 a). Agora preocupamos a noção específica de convivência intercultural em relação à cidade e à sua materialização nos bairros.

a) Convivência intercultural e cidades: a experiência de um plano municipal

O trabalho de assessoria que realizei desde Setembro de 2003 até Dezembro de 2004 para a Direcção Geral de Imigração, Cooperação para o Desenvolvimento e Voluntariado da Câmara Municipal de Madrid como parte da elaboração de um plano municipal para abordar a questão da migração, representou um avanço na definição e operacionalização do conceito de convivência intercultural. Em Espanha e de forma pioneira, desenhou-se um plano pensado para toda a população (três milhões de habitantes) e não apenas para os imigrantes (na altura 13% da população e hoje 17%). Nasceu assim o *Plano de Convivência Social e Intercultural da Câmara Municipal de Madrid: 2004-2007*.

Desde o início do trabalho de concepção desta política pública local tornou-se necessário encontrar o conceito que articulasse o referido plano. Esse espaço foi ocupado pela noção de Convivência, mais especificamente pela de *convivência social e intercultural*: “ O objectivo geral deste Plano é contribuir para a construção da sociedade madrilenha com base na convivência social e intercultural, para conseguir uma sociedade coesa, capaz de trabalhar em conjunto pelo seu presente e futuro” (Plan, 2004,27). De acordo com o carácter articulador e nuclear desta concepção, cada eixo de actuação, programa e dispositivo abre com uma

referência à sua relação com o ideal e o objectivo de convivência na cidade. Duas das novas principais estruturas têm esse termo no seu título: o Observatório das Migrações e Convivência Intercultural e a Escola de Convivência.

Aplicando a tipologia que sugiro sobre *convivência – coexistência – hostilidade* (Giménez, 2005 a) incluiu-se, nos fundamentos do Plano municipal⁶, o seguinte: “ A convivência tal como é entendida neste Plano compreende-se melhor se se tomar como ponto de referência a coexistência. Face a esta última, a convivência não se limita a designar a presença ou simultaneidade de vários grupos num determinado tempo e lugar, mas remete para a interacção e relação positiva entre os mesmos. Confrontada com o estatismo da coexistência, a convivência é uma dinâmica que deve ser construída quotidianamente” (2004, 27)

A noção de convivência desenvolve-se assim: “ Conviver... significa *viver na companhia de outros* e, para poder falar de “ companhia”, tem que se ter uma participação nos sentimentos do outro, uma empatia. Em suma, quando se fala de convivência, referimo-nos à *vida que é compartilhada* pelos indivíduos, famílias e grupos no que diz respeito a interesses, preocupações, problemas, soluções para esses problemas, expectativas, uso do espaço, serviços e a tudo aquilo que faz parte da vida em sociedade” (idem; itálico acrescentado). Acrescenta-se: “ a convivência implica, portanto, estar ao mesmo tempo e no mesmo lugar que o outro, com o qual se *interage* activa e criativamente, *com quem se compartilha características comuns*, e entre quem existe um entendimento, uma empatia” (enfatizamos o que mais se vincula ao interculturalismo).

Em relação à adjectivação da convivência como *social*, além de se referir que toda a convivência é relacional e de referir a responsabilidade social das autarquias, o texto do plano municipal que assessoramos esclarece um sentido conceptual desse adjectivo: “ ... pretende-se *evitar e superar um culturalismo mal entendido*, ou seja, aquele que supõe um *exagero do peso da cultura* para explicar certas realidades demográficas, económicas e sociopolíticas. Ainda que ao falar de convivência numa sociedade como a madrilena, o aspecto inter-étnico das relações sociais se deva ter muito em consideração não deve, contudo, ser o único” (idem; itálico acrescentado). No que diz respeito à adjectivação da *convivência* como intercultural esclarece-se “intercultural porque se aplica a uma sociedade plural em que se pretende promover uma *interacção positiva entre todos os seus membros independentemente da bagagem cultural*” (idem, 48, itálico acrescentado).

b) – Convivência intercultural e bairros: a experiência de uma rede transnacional

Agora vou apresentar como se pode aplicar a perspectiva interculturalista à unidade de bairro, também em conexão com a convivência, mediante o trabalho de consultoria realizado para a Diputació de Barcelona, entidade líder do pro-

6 - No trabalho de redacção do enquadramento conceptual do Plano contei com a valiosa colaboração das antropólogas Paloma Gómez Crespo e Dorina Martínez Aranda, ambas da equipa da UAM.

grama europeu transnacional *Good Practices in Citizenship and Coexistence in European Neighbourhoods (CIEN)*. Trata-se de uma iniciativa patrocinada pela União Europeia que visa criar instrumentos e boas práticas para promover a convivência e a cidadania em bairros onde a excessiva problemática social se encobre com a diversidade cultural. Na sua primeira fase – que acabou em Março de 2008 – participaram entidades, de distinta natureza, das cidades de Manheim (Alemanha), Falkenberg (Suécia), Pisa (Itália), Starogard (Polónia) e Barcelona (Espanha). O meu trabalho tem sido o de propor aos parceiros um quadro inicial conceptual e metodológico, pedir as suas contribuições e experiências e redigir um Manual para promover a convivência intercultural nos bairros da Europa com maiores desafios de coesão.

O leitor ou leitora pode consultar directamente o referido Manual. Aqui só assinalo os seus aspectos principais e como neles toma forma a concepção intercultural adoptada. O quadro conceptual está estruturado em doze *premissas* interligadas e proporciona os fundamentos para o quadro metodológico. Organiza-se em duas partes: a) a definição de convivência em relação a democracia, cidadania e interculturalidade e b) a produção da tipologia dos modos de sociabilidade já mencionados (convivência, coexistência e hostilidade) na vida social e local dos bairros. O aspecto chave deste quadro conceptual para a promoção da convivência entre vizinhos é a distinção entre multiculturalismo e interculturalismo, descrita no capítulo anterior.

Apresenta-se também um enquadramento metodológico baseado em dois eixos complementares. Primeiro, um *eixo de diagnóstico de situação* anterior à acção pela convivência cidadã; como ferramentas metodológicas incluem-se: 1) um “Sistema de Indicadores qualitativos de Convivência, Coexistência e Hostilidade” em que as dimensões de igualdade, de respeito pela diferença e pela interacção positiva servem para definir estes indicadores; 2) uma “Análise DAFO/SWOT em relação à convivência cívica e intercultural”, estando as dimensões do interculturalismo presentes nas fraquezas, ameaças, pontos fortes e oportunidades do bairro e meio envolvente. O segundo eixo da metodologia do Projecto CIEN diz respeito à *concepção e execução da Intervenção*, e inclui outros dois instrumentos metodológicos: 3) uma “Matriz geral: eliminar, prevenir, consolidar e fomentar” e 4) um “Protocolo específico para a promoção das dimensões da convivência” (Giménez, 2008, a)

**APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO
PARA A CIDADANIA**

Os desafios dos novos processos de diversificação sociocultural são variados. Afectam a sociedade internacional; nações e estados; regiões, municípios e bairros; instituições, organizações sociais e famílias; cidadãos e cidadãos. Nenhum nível da vida social escapa ao desafio de **como abordar ou gerir a diversidade sociocultural**.

Vou agora demonstrar a potencialidade da abordagem intercultural na educação para a cidadania, que parece reunir consenso quanto à sua importância crucial para o desenvolvimento verdadeiramente democrático e participativo da sociedade e para promover o respeito e a tolerância, sem os quais a sociedade multicultural não poderá regular a sua conflituosidade e será palco de rejeição, gueto, racismo e xenofobia. É necessário planificar e realizar acções de informação, capacitação de líderes, dinamização de encontros, campanhas de sensibilização, etc. que resultem na educação cívica das populações.

Tive o privilégio de trabalhar nesta área desde Abril de 2007, para a Fundação Esplai, entidade social sem fins lucrativos, criada há décadas na Catalunha e implantada em toda a Espanha. O objectivo da Esplai é trabalhar na educação para a cidadania, prioritariamente com jovens, a partir de espaços informais e quotidianos de tempos livres, ócio, desporto, excursionismo e diversão. A Fundação Esplai tem desenvolvido trabalhos sobre a conexão entre educação e cidadania. Embora estes trabalhos se enquadrem no que a Fundação tem vindo a fazer há anos, o seu desenvolvimento coincidiu com a decisão do actual governo espanhol e do Ministério da Educação de implementar nas escolas a disciplina “Educação para a Cidadania” e com os veementes debates e polémicas que tem gerado, especialmente pela posição crítica da direita política, da Igreja Católica e dos meios de comunicação afins.

O primeiro produto desta linha de trabalho foi o documento “Educação e Cidadania”, da série Cadernos para o Debate, elaborado por um grupo de trabalho incentivado pelo Conselho Assessor da Fundação Esplai. A minha tarefa tem consistido na dinamização dos trabalhos deliberativos de um segundo grupo de estudo sobre “Educação, Cidadania e Migração”, cujo resultado será o número dois destes cadernos (Giménez, coord, 2008 b). No momento em que termino este ensaio, o referido documento está muito avançado. É constituído por três secções. Na primeira aborda-se como entender a cidadania tanto na sua dimensão jurídico-política como cívico-social, define-se de que forma a questão da imigração afecta o exercício da cidadania e sintetizam-se as reflexões do grupo de trabalho sobre as especificidades do caso espanhol. Na segunda secção, apresenta-se o diagnóstico comum sobre os desafios e oportunidades na conexão cidadania/imigração. Finalmente, na terceira secção, recolhem-se propostas tendo em vista uma acção educativa conjunta, expondo os princípios, temas, conteúdos, áreas, modalidades de educação (incluindo a educação intercultural) e metodologias pedagógicas desta acção responsável e conjunta em matéria de educação.

Remeto novamente o leitor para o texto e limito-me a mostrar como aplicar a perspectiva interculturalista. Em primeiro lugar no esforço de conseguir a ligação entre educação e cidadania em relação ao contexto da imigração, a necessidade de sensibilizar a população para o facto de que os contextos, situações e processos de exclusão de pessoas de origem estrangeira (precariedade jurídica e irregularidade, exploração laboral, etc.) propiciam o uso das diferenças culturais e religiosas como dardo ou arma de arremesso ocupa uma posição relevante. Assim, a consciencialização de que as políticas de igualdade (de direitos, deveres, oportunidades) são imprescindíveis não só por si mesmas e como parte da justiça social, mas também para o desenvolvimento da sociedade pluralista e intercultural.

Em segundo lugar, no documento que elaborámos com a Esplai, também é relevante a abordagem do respeito pela cultura e identidade dos grupos de imigrantes. Coerente com a concepção do princípio de respeitar as diferenças dentro desse paradigma, o respeito situa-se em algo mais abrangente como é o respeito por todas as identidades presentes na sociedade e que não negam nem os direitos humanos nem o quadro constitucional democrático. Vou destacar duas ideias do documento que estão nessa linha de reflexão: primeira, a tese de que o património cultural de toda a sociedade espanhola (sobretudo pela intensa diversidade linguística e cultural) deve ser assumido com orgulho por todos os cidadãos; não se trata apenas de respeitar a especificidade do outro, mas de assumir em conjunto, como positivo, o património cultural geral. Segunda, que uma boa gestão da diversidade sociocultural, tanto a preexistente à imigração como a trazida por esta, se traduz em factor de desenvolvimento económico, social e político.

Finalmente, a ênfase no comum que a perspectiva interculturalista implica, é evidente na proposta do grupo Esplai, na incorporação na acção educativa da ideia de que as pessoas e os cidadãos, independentemente da sua identidade e pertença cultural própria, têm muito em comum, em matéria de direitos fundamentais, desenvolvimento económico, inserção laboral digna, bem-estar social, qualidade de vida, vida local, necessidade de participação, etc. Este quadro de convergência favorece o terreno em que se enfatiza a *identidade cívica*, tal como se faz no documento. Identidade cívica e identidade cultural não se apresentam como opostas quanto à sua função unificadora – a primeira fomenta a coesão e a segunda não – mas como coadjuvantes na construção de uma sociedade de unidade na diversidade.

**NOTA FINAL SOBRE
O PROCESSO DE APLICAÇÃO**

Consoante os casos, fomos adaptando especificamente a ideia matriz a cada contexto e a cada experiência. Talvez seja um bom momento para explicitar algumas etapas inevitáveis em qualquer processo de aplicação da perspectiva adoptada.

A metodologia de aplicação constrói-se tendo em consideração – primeiro separadamente, depois em conjunto – os três princípios fundamentais identificados: igualdade, diferença e interacção positiva. Enumero como exemplo perguntas sobre cada um dos princípios.

a) *Igualdade* – Como se expressa a igualdade na iniciativa que queremos dotar de perspectiva interculturalista? Como é que esta aposta pela igualdade favorece a tolerância? De que forma as actividades para a igualdade e não discriminação potenciam espaços comuns?

b) *Diferença* – Que lugar ocupam o direito à diferença e a valorização positiva da diversidade? Como se combina com a ênfase nas políticas de igualdade? Como se concretiza que o respeito pela diversidade se compatibilize com a afirmação do comum?

c) *Interacção positiva* – No programa, deu-se ênfase ao que é compartilhado e incluíram-se actividades para facilitar e melhorar a interacção? Em que é que isso potencia territórios de igualização e de luta contra a desigualdade? Como é que o respeito potencia o projecto comum?

**TEXTOS MENCIONADOS
DO AUTOR**

- Giménez C., 2008 a) El impulso de la convivencia ciudadana e intercultural en los barrios europeos: marco conceptual y metodológico. Proyecto CIEN. Diputación de Barcelona.
- 2008, b) Coord. Educación, ciudadanía e inmigración. Cuadernos para el debate, número 2. Fundación Esplai.
- 2008, c) con Pilar Garcia, coords. La mediación intercultural en Castilla la mancha. Un manual de casos. Dirección general de Bienestar Social. Junta de Comunidades de Castilla la Mancha.
- 2007 "Cómo hemos llegado y por qué estamos aquí. Etapas, retos, oportunidades y riesgos de la mediación intercultural". De@Acuerdo. Revista para la difusión de la mediación. Monográfico dedicado al I Encuentro de Mediadores/as Interculturales. Valencia, 9-11 marzo 2007.
- 2005 a) "Convivencia: conceptualización y sugerencias para la praxis". Puntos de Vista, número 1. Observatorio de las Migraciones y de la Convivencia Intercultural de la Ciudad de Madrid. Abril-Mayo 2005. Págs. 7-32.
- 2005 b) "Polítiques locals per millorar la convivència ciutadana". Cuadernos Migrainfo, no 15. Servei de Politiques de Diversitat i Ciutadania de la Diputació de Barcelona, segon trimestre 2005.
- 2003 a) coord. El servicio de mediación social intercultural SEMSI. Una experiencia de mediación comunitaria en el ámbito de las migraciones y la convivencia intercultural.
- 2003 b) "Planteamiento multifactorial para la mediación e intervención en contextos multiculturales: una propuesta metodológica de superación del culturalismo". En F.J.Castaño y C. Muriel (eds) Volumen II del III Congreso sobre la Inmigración en España. Granada: Laboratorio de Estudios Interculturales. Págs. 627-643.
- 2000 Guía sobre Interculturalidad. Segunda parte. El enfoque intercultural en las políticas públicas para el desarrollo humano sostenible. Colección Cuadernos Q'anil, número 2. Proyecto de "Interculturalidad, políticas públicas y desarrollo humano sostenible". PNUD – Guatemala /97/015. Guatemala.
- 2001 a) Con Irene Molina, Antoine Gailly y Barbara Guest Linworking and Intercultural mediation in Europe. De Parnersskap fór Multiesnik Integración PFMI. Universidad de Umea, Suecia.
- 2001 b) "Modelos de mediación y su aplicación en mediación intercultural" Revista Migraciones, número 10, Universidad Pontificia de Comillas.
- 1997 "La naturaleza de la mediación intercultural", páginas 125-129. Revista Migraciones, número 2, Universidad Pontificia de Comillas.

